Venezuela: dependência, desconexão e agressão imperial

Rodrigo Emmanuel Santana Borges[1]

Ana Carolina Lima Gomes[2]

Gissele Carraro[3]

RESUMO

Este artigo analisa a trajetória histórica da Venezuela desde a perspectiva da Teoria Marxista da Dependência, examinando como a formação do capitalismo dependente venezuelano evoluiu de uma economia primário-exportadora (café, cacau) no século XIX para uma estrutura rentista petrolífera no século XX. O estudo destaca três períodos: a consolidação do Estado nacional sob domínio das transnacionais do petróleo (1899-1958); a "democracia de petrodólares" do Pacto de Punto Fijo (1958-1998), marcada pela financeirização e fuga de capitais; e a Revolução Bolivariana (1999-2017), que redistribuiu a renda petrolífera mas enfrentou a "guerra econômica" imperialista. O texto examina as Medidas Coercitivas Unilaterais (MCU) impostas pelos EUA desde 2015, que provocaram colapso econômico (76,1% de queda do PIB entre 2013-2021), e analisa a agressão militar de janeiro de 2026 ("Operação Resolução Absoluta").

Palavras-chave: Dependência; Rentismo; Imperialismo; Venezuela

ABSTRACT

This article analyzes Venezuela's historical trajectory from the Marxist Dependency Theory perspective, examining how Venezuelan dependent capitalism evolved from a primary-export economy (coffee, cocoa) in the 19th century to a rentier oil-based structure in the 20th century. The study highlights three periods: the consolidation of the national state under transnational oil dominance (1899-1958); the "petrodollar democracy" of the Punto Fijo Pact (1958-1998), marked by financialization and capital flight; and the Bolivarian Revolution (1999-2017), which redistributed oil rents but faced imperialist "economic warfare." The text examines Unilateral Coercive Measures (UCM) imposed by the USA since 2015, which caused economic collapse

[1] Professor de Economia na UnDF. Doutor em Economia (Universidade Complutense de Madrid), pós-doutorado em Política Social (UFES). Faz parte da coordenação coletiva do GT Teoria Marxista da Dependência da Sociedade Brasileira de Economia Política. Organizou "Globalização, dependência e crise econômica" (2011), "Alternativas ao neoliberalismo na América Latina?" (2013), "Valor e exploração do trabalho: capitalismo de plataforma e COVID-19" (2023). Cocriador da *World Labour Values Database*. E-mail: rodrigo@borges.net.br.

[2] Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos Latino-Americanos da Universidade Nacional Autônoma do México (PPELA-UNAM). Mestre em Ciências Sociais - Estudos Comparados sobre as Américas pela Universidade de Brasília (PPGECsA - ELA UnB). Licenciada em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia (IERI-UFU). Participou da organização de "Teoria Marxista da Dependência: 50 anos pensando a América Latina" (2023). E-mail: limagomescarol@comunidad.unam.mx.

[3] Doutora e Pós-doutora em Serviço Social Aplicado (UFRGS). Professora do NESCUBA/UnB. Servidora na Escola do SUAS, no Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

(76.1% GDP drop between 2013-2021), and analyzes the January 2026 military aggression ("Operation Absolute Resolution").
Keywords: Dependency; Rentierism; Imperialism; Venezuela

1 INTRODUÇÃO

A Venezuela encontra-se, no início de 2026, diante de um cenário inédito na América Latina contemporânea: a agressão militar direta por parte dos Estados Unidos. A "Operação Resolução Absoluta", executada em 3 de janeiro de 2026, representou a culminação de mais de duas décadas de guerra híbrida contra o processo bolivariano, transicionando das formas econômicas, diplomáticas e midiáticas de agressão para a intervenção militar aberta. Este artigo busca analisar a trajetória histórica da dependência venezuelana e os desafios colocados pela atual conjuntura, utilizando como referencial teórico a Teoria Marxista da Dependência (TMD).

A pertinência desta análise reside na necessidade de compreender os fundamentos estruturais que tornaram a Venezuela alvo privilegiado do imperialismo norte-americano. A condição de país petrolífero, as maiores reservas provadas do mundo, e a experiência de um projeto político que buscou romper com os cânones do subdesenvolvimento dependente, convergem para explicar a ferocidade das agressões. Como aponta Borges (2025), a “desconexão” – ou seja, a capacidade de um país periférico de se autonomizar parcialmente do sistema mundial – representa uma ameaça existencial para o capitalismo central, que responde com todas as formas de coerção disponíveis.

A operação militar de janeiro de 2026 não surgiu do vácuo. Ela foi precedida por um longo processo de guerra econômica, bloqueio financeiro, sanções unilaterais e tentativas de golpe de Estado. O fracasso dessas estratégias em dobrar a resistência do povo venezuelano e do governo bolivariano levou à escalada militar. Neste contexto, o artigo desenvolve uma análise histórica da formação social venezuelana, desde sua conformação como Estado-nação independente até a atual conjuntura de agressão imperialista, examinando as particularidades do capitalismo dependente no país e os avatares da reprodução social em torno da renda petrolífera.

Para tanto, estrutura-se em sete seções. Após esta introdução, a seção 2 apresenta os avatares da dependência e reprodução na Venezuela, estabelecendo o marco teórico-metodológico. A seção 3 analisa a conformação do capitalismo dependente venezuelano entre 1810 e 1899. A seção 4 examina a consolidação da renda petrolífera e do Estado nacional entre 1899 e 1958. A seção 5 aborda o regime da IV República e a captura da renda entre 1958 e 1998. A seção 6 analisa a Revolução Bolivariana, seus avanços e contradições, de 1999 a 2017. Finalmente, a seção 7 apresenta as considerações finais sobre o fracasso da guerra econômica e a atual conjuntura de agressão militar.

2 AVATARES DA DEPENDÊNCIA E REPRODUÇÃO NA VENEZUELA

Ao dirigir o olhar para a história da formação social da Venezuela a partir de sua conformação como Estado-nação independente, é possível identificar claramente três períodos fundamentais que marcam a evolução de sua estrutura econômica e social. A compreensão dessa periodização é essencial para entender as particularidades do capitalismo dependente venezuelano e suas implicações para a análise da atual conjuntura.

O primeiro período, anterior ao domínio da renda petrolífera sobre a dinâmica social, estende-se desde a independência política até o início do século XX. Nesta fase, a Venezuela apresenta claramente a conformação de um capitalismo dependente com características compartilhadas com o restante da região latino-americana: uma estrutura produtiva voltada para a exportação de produtos primários, subordinação financeira mediante dívida externa, e transferências de valor através do intercâmbio desigual. A superexploração do trabalho constituía o fundamento da extração de excedentes que eram drenados para os centros imperiais, particularmente para o Reino Unido durante o século XIX.

O segundo período, embora não totalmente homogêneo, inaugura a particularidade principal do capitalismo dependente venezuelano: a reprodução social em torno da renda petrolífera. Esta especificidade conferiu à Venezuela uma configuração singular no contexto latino-americano, onde a apropriação e distribuição da renda diferencial absoluta gerada pelo petróleo tornou-se o eixo estruturante da economia, da política e das relações sociais. A transição de uma economia agroexportadora para uma economia petrolífero-rentista não significou, contudo, uma ruptura com a condição dependente, mas sua reconfiguração sob novas bases.

O terceiro período, da revolução bolivariana, configura-se em uma tentativa popular de transição para apropriação e distribuição da renda petroleira para além dos marcos mercantis. Em que pesem as dificuldades ideológicas, políticas e econômicas, trata-se de uma transição socialista em contexto democrático.

É fundamental compreender que a dependência não se manifesta de maneira uniforme ou estática. Ela assume diferentes “avatares” ao longo do tempo, adaptando-se às transformações do capitalismo mundial e às resistências internas. Na Venezuela, essa dinâmica se expressou através da mudança na vassalagem: do Império Espanhol (político) para o Império Britânico (econômico-financeiro) no século XIX, e posteriormente para os Estados Unidos (econômico-militar) a partir do século XX. A atual agressão militar do governo Trump representa a expressão mais crua desta dominação imperialista, que recorre à força aberta quando os mecanismos econômicos e políticos de subordinação revelam-se insuficientes.

3 CONFORMAÇÃO DO CAPITALISMO DEPENDENTE VENEZUELANO – 1810 A 1899

O primeiro século de independência venezuelana foi marcado por características que Osorio (2012) denominou como de um padrão de reprodução do capital primário-exportador. Suas atividades mais dinâmicas se conformaram pela produção e exportação de café, cacau e carne (SEABRA, 2012). Café e carne estariam sujeitos a uma intensa competição internacional, ao avançar o século, no primeiro caso pela produção brasileira, no segundo, pela argentina, entre outros.

A guerra de independência foi longa, dolorosa, marcante. Além da perda de vidas (e migrações derivadas da guerra), responsáveis pela redução da população em mais de 20% dos cerca de 900.000 habitantes estimados (FIGUEROA, 1967), a Quarta República da Venezuela, em 1830, surgiria a partir da assunção de uma importante dívida externa com o Reino Unido.

Durante todo o século XIX travaram-se disputas regionais pelo poder, gerando forte instabilidade e impossibilidade de consolidação integral em um Estado nacional forte no período. Sucessivas guerras civis marcaram essa época de fragmentação política e ausência de um projeto nacional unificado.

A evolução da dívida externa, com seus aumentos e reiteradas dificuldades de pagamento, foram justificações formais para que, a finais de 1902, a Venezuela sofresse um bloqueio naval e agressões militares com ameaças à sua integridade territorial, com participação britânica e alemã, seguidos pela participação direta da Itália. Como resultado da negociação mediada pelo governo dos Estados Unidos, sem representação direta venezuelana, a dívida que iniciara o século em torno de 152 milhões de bolívares (Bs), seria elevada a Bs. 250 milhões em 1904, sem incluir os juros vencidos (CARRILLO BATALLA; CRAZUT, 1986).

Não menos importante que a dívida, em 1899, por meio de uma arbitragem fraudulenta excluindo a representação venezuelana (outra vez sendo sua representação feita por representantes dos Estados Unidos), o Reino Unido avançara fortemente no despojo da região do Esequibo para sua colônia Guiana Inglesa, complementando o controle militar territorial com uma casca de reconhecimento legal. Na região haviam sido descobertas grandes reservas de ouro. A mina de El Callao, no Estado Bolívar, chegou a ser a mais importante produtora mundial a meados dos anos 1880.

Dessa forma, a reprodução do capital na Venezuela, nesse período, não distava dos cânones em âmbito da teoria marxista da dependência: uma formação social cujo vínculo ao mercado mundial se dá sobre a base da superexploração do trabalho, sujeita a transferências de valor pelo intercâmbio desigual, dada sua especialização em produtos primários ou de menor conteúdo tecnológico, e pela dependência financeira via dívida externa, em uma clara mudança de vassalagem frente ao império espanhol (política) ao britânico (econômico-financeiro). Unicamente os pagamentos devidos da dívida externa suporiam 2% do PIB ou inclusive mais, em estimativas conservadoras. A

subsoberania era evidente no despojo de mais de uma décima parte de seu território pelo expansionismo imperialista britânico.

4 CONSOLIDAÇÃO DA RENDA PETROLÍFERA E ESTADO NACIONAL VENEZUELANO – 1899 A 1958

A descoberta do petróleo, ao final do século XIX (SEABRA, 2012) e início de sua exploração pelas empresas transnacionais, nas décadas de 1910 e 1920, soma-se à invasão alemã e britânica mencionadas como fatores impulsionadores da consolidação do Estado Nacional da Venezuela. Este processo foi levado a cabo da forma mais repressiva e ditatorial. Em particular, entre 1899 e 1958, apenas o período de 1945 a 1948 representou um breve intento de estabelecer um regime democrático.

Se o ditador Cipriano Castro teve diversos enfrentamentos por agressão de empresas e potências imperialistas – o que levou a cortar relações diplomáticas com Estados Unidos e França –, Juan Vicente Gómez adotaria uma postura amigável e submissa. Restabeleceu relações diplomáticas, buscou crédito e investimentos externos. Em particular, Gómez entregou boa parte do território nacional às grandes transnacionais do petróleo. A primeira Lei de Hidrocarbonetos ''efetiva'' foi promulgada em 1922. O marco legal final estabelecia regalias de 10%, impostos baixos, isenção de tarifas de importação e possibilidades de controles ilimitados, além de períodos de concessão de 40 anos, mantendo-se o Estado como proprietário dos recursos.

Já em 1925, o valor da exportação de petróleo superaria a soma das vendas externas de café e cacau, principais produtos, até então, do país. Na década de 1930 a Venezuela se transformaria no maior exportador mundial, em um mercado de exportação completamente dominado pela Shell, Gulf e Standard Oil (SEABRA, 2012, p. 41).

Capitais imperialistas, particularmente as empresas estadunidenses como Standard Oil (Exxon) e Gulf, junto com a anglo-holandesa Shell, controlavam todas as fases do negócio, desde a extração até a comercialização. As regalias irrisórias e períodos de concessão extremamente longos da primeira Lei de Hidrocarbonetos o facilitavam.

Com respeito à renda do petróleo, cabe destacar ao menos três aspectos estruturais importantes no período de domínio direto das grandes transnacionais do petróleo, ou “Sete Irmãs”. Por uma parte, a hegemonia dessas empresas era tal que fixavam os preços de venda a seu bel-prazer, utilizando “preços de transferência” para minimizar os ganhos declarados na Venezuela e maximizá-los em suas filiais no exterior, além de vias legais facilitadas de remessas de ganhos. Assim, uma parte ingente da renda petrolífera era apropriada diretamente no exterior, deixando ao Estado venezuelano apenas uma fração menor do valor real do recurso extraído. Esta estrutura garantiu que o petróleo

venezuelano subsidiasse o desenvolvimento industrial e militar das potências imperialistas, especialmente dos Estados Unidos.

Neste contexto de subordinação, firmou-se o Tratado Comercial de 1939 com Estados Unidos. Este acordo consagrava uma "abertura completa" do mercado venezuelano às exportações manufatureiras dos EUA, em troca de que este país comprasse o petróleo venezuelano. O tratado de 1939 representou uma grande subordinação do desenvolvimento nacional, pois institucionalizou a dependência das importações norte-americanas e bloqueou a proteção da indústria nascente. Ao eliminar barreiras tarifárias para os produtos dos EUA, impediu qualquer intento sério de diversificação econômica, convertendo a Venezuela em uma reserva de mercado para o capital industrial estadunidense.

A lógica por detrás do Tratado Comercial de 1939 recorda a proposta de John Maynard Keynes após a Primeira Guerra Mundial, que advogou por impor um tratado de livre comércio à Alemanha derrotada como uma forma de "castigo" econômico. Ao igual que nesse raciocínio punitivo, a imposição da abertura comercial à Venezuela serviu para castrar seu potencial de desenvolvimento autônomo e submetê-la à hegemonia industrial estrangeira. O "livre-comércio" funcionou aqui como uma ferramenta de dominação imperialista para impedir o surgimento de competidores industriais na periferia.

Esta dinâmica determinou a evolução do tipo de câmbio real, acicateando o fenômeno conhecido como "doença holandesa" muito antes de que o termo fosse cunhado. A entrada maciça de divisas petrolíferas e a política comercial apreciaram a moeda local, barateando as importações e tornando não competitiva a produção agrícola e industrial interna. Como resultado, o campo descapitalizou-se e os latifundiários transformaram seus ativos em capital comercial e financeiro urbano, abandonando a produção agropecuária (SEABRA, 2012).

A arrecadação fiscal originária do petróleo representava 2,3% do total de arrecadação do Estado Venezuelano em 1921, e em 1930 já representava 21,2% no mesmo índice. Com a nacionalização do petróleo no México em 1938 e a Segunda Guerra Mundial, abriu-se uma oportunidade materializada no governo do General Medina Angarita, na forma de uma nova Lei de Hidrocarbonetos, firmada em 1943. A mesma unificava a legislação de antigas e novas concessões, aumentava impostos, elevava a alíquota de regalias ao 16,66%, obrigava as empresas a reconhecer a soberania tributária, que passaram a estar obrigadas a arrecadar o recém-vigente Imposto sobre a Renda, e eliminou a isenção tarifária generalizada de importações das empresas exploradoras.

Celso Furtado, ao analisar a economia venezuelana em 1958, notou *en passant* um dado revelador sobre a magnitude do saque: apenas um terço (1/3) do volume exportado de petróleo tinha a tributação correspondente efetivamente arrecadada. Isso significava que as duas terças partes do petróleo saíam do país sem gerar o rendimento fiscal que legalmente correspondia, devido aos

mecanismos de evasão e o controle de preços por parte do cartel petrolífero. Esta observação de Furtado sublinha que a contabilidade oficial do PIB e das exportações ocultava a verdadeira transferência de valor desde a Venezuela para os centros imperiais.

Em conclusão, o período de consolidação petrolífera na Venezuela esteve marcado por uma tríplice aliança entre o Estado latifundiário, a burguesia importadora e o capital transnacional estadunidense, selada juridicamente por tratados comerciais desiguais. A "doença holandesa" não foi um acidente natural, senão a consequência lógica de um desenho imperial que, tal como Keynes havia teorizado para a Alemanha, usou o "livre-comércio" para castigar qualquer possibilidade de autonomia produtiva e reservar o mercado venezuelano para a indústria do norte.

4.1 O REGIME DA IV REPÚBLICA E A CAPTURA DA RENDA (1958-1998)

Estas novas camadas médias e frações da burguesia, surgidas à sombra do gasto público, constituíram as bases sociais sobre as que se intentariam erguer os regimes democráticos modernos na Venezuela. No entanto, a democracia que eventualmente se consolidaria com o "Pacto de Punto Fijo" em 1958 foi uma democracia "de petrodólares", desenhada para amortiguar conflitos mediante o clientelismo e a distribuição de renda, mais que sobre uma base produtiva sólida. A estabilidade política passou a depender cada vez mais diretamente do fluxo de rendimentos externos, criando uma vulnerabilidade estrutural ante as oscilações do mercado mundial.

O estabelecimento do Pacto de Punto Fijo em 1958 inaugurou um período de democracia representativa restrita, sustentada em um acordo entre os partidos AD, COPEI e URD para compartilhar o poder e isolar à esquerda comunista. Este sistema político se estabilizou graças à distribuição clientelar da renda petrolífera, a qual permitiu amortiguar temporariamente os conflitos de classe mediante uma melhora paulatina no nível de vida e a expansão do emprego público. No entanto, esta "paz social" encobria uma estrutura econômica profundamente dependente e vulnerável aos ciclos de preços internacionais.

A política econômica deste período, ainda que promoveu uma industrialização por substituição de importações, não logrou romper com a dependência estrutural, já que a nova indústria requeria crescentes insumos importados financiados pelo petróleo. A burguesia local, longe de se converter em uma classe produtiva inovadora, consolidou-se como uma classe rentista e importadora que capturava o excedente através da sobrevalorização da moeda e dos contratos estatais. O Estado atuou como o grande distribuidor da renda, transferindo riqueza pública a mãos privadas mediante subsídios e créditos baratos que frequentemente terminavam em fuga de capitais.

A culminação deste modelo rentista chegou com a "nacionalização" da indústria petrolífera em 1976, um processo que, longe de ser uma ruptura revolucionária, marcou o início de uma nova fase

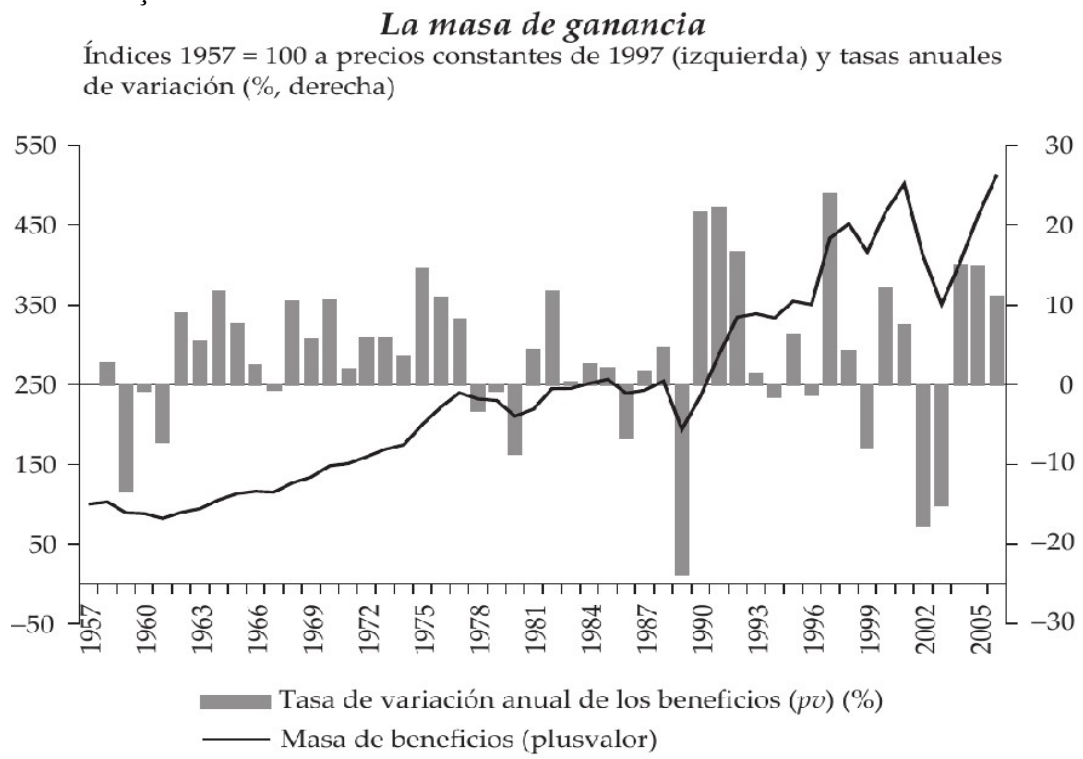
de financeirização dependente. O Estado procedeu à nacionalização pagando indenizações gigantescas às empresas transnacionais, o que constituiu uma transferência massiva de capital para as casas matrizes estrangeiras justo antes de que vencessem as concessões. Este ato formal de soberania jurídica encobriu a continuidade do controle real do negócio por parte do capital estrangeiro.

Apesar da propriedade estatal, manteve-se a dominação comercial e tecnológica das transnacionais, já que a nova empresa estatal, PDVSA, firmou contratos de assistência técnica e comercialização que perpetuaram a dependência operativa. As antigas concessionárias mantiveram o controle sobre os canais de distribuição internacional e a tecnologia de extração, assegurando que uma parte substancial da renda seguisse fluindo para o exterior sob a forma de pagamentos por serviços e tecnologia.

Este período presenciou a transformação de PDVSA em um "Estado dentro do Estado", uma corporação que operava com ampla autonomia respeito ao governo central e cujos dirigentes adotaram os valores e estratégias do capital transnacional. A gerência da petrolífera, atuando como uma tecnocracia meritocrática, começou a desenhar estratégias para subtrair a renda petrolífera do controle fiscal e político da nação. Consolidou-se assim uma fração de classe, uma pequena burguesia compradora dentro da própria empresa estatal, que alinhou seus interesses com o capital global.

A estratégia chave deste grupo foi a "Internacionalização de PDVSA", iniciada nos anos 80, que consistiu na compra de refinarias e redes de distribuição no exterior, como a Citgo nos Estados Unidos. Sob a justificativa de "assegurar mercados" verticais, esta política funcionou na prática como um mecanismo de exportação de capital que tirava a renda do país para investi-la no centro imperialista.

Gráfico 1: Evolução da massa de lucros na Venezuela - 1957 a 2006



Fonte: Mateo Tome, 2014

O colapso do modelo fez-se evidente com a “Sexta-feira Negra” de 1983, quando a queda dos preços do petróleo e a fuga massiva de capitais obrigaram a uma desvalorização abrupta e ao controle de câmbios. Este evento marcou o fim da ilusão da “Grande Venezuela” e o início de uma crise prolongada de empobrecimento e deterioração dos serviços públicos.

A explosão social do "Caracazo" em 1989 foi a resposta popular a este intento de reestruturação neoliberal, evidenciando a ruptura definitiva do consenso de Punto Fijo e a deslegitimação do sistema de partidos tradicionais. A repressão brutal que seguiu demonstrou que o regime democrático dependia da coerção militar para suster-se uma vez que a renda petrolífera já não era suficiente para a cooptação social.

Finalmente, em direção a 1998, a crise terminal do sistema político, exacerbada pela queda dos preços do petróleo e a desigualdade obscena, criou as condições para a ascensão de Hugo Chávez e a Revolução Bolivariana. O período fechou com a bancarrota moral e econômica de uma elite que, através da internacionalização de PDVSA e a dívida externa, havia aperfeiçoado os mecanismos para transferir a riqueza nacional para os centros financeiros do imperialismo.

4.2 A CRISE DA IV REPÚBLICA E A REVOLUÇÃO BOLIVARIANA

A resposta das elites à crise foi a adoção do neoliberalismo aberto a partir de 1989, com a “Grande Virada” do segundo governo de Carlos Andrés Pérez, que aplicou um pacote de medidas ditado pelo

FMI. Essas medidas incluíam a liberação de preços e taxas de juros, a privatização de empresas públicas e o aumento da gasolina, buscando garantir o pagamento da dívida à banca internacional à custa da fome do povo.

A explosão social do "Caracazo" em 1989 foi a resposta popular a essa tentativa de reestruturação neoliberal, evidenciando a ruptura definitiva do consenso do Puntofijo e a deslegitimação do sistema de partidos tradicionais. A repressão brutal que se seguiu demonstrou que o regime democrático dependia da coerção militar para se sustentar uma vez que a renda petrolífera já não era suficiente para a cooptação social.

Na década de 1990, a "Abertura Petrolífera" aprofundou a entrega da soberania, permitindo o retorno das transnacionais sob condições fiscais lesivas para a nação e diminuindo ainda mais a participação do Estado na renda. A PDVSA da meritocracia desenhou esquemas de ganhos mínimos para o fisco, preparando o terreno para uma privatização de fato da indústria.

Finalmente, em 1998, a crise terminal do sistema político, exacerbada pela queda dos preços do petróleo e pela desigualdade obscena, criou as condições para a ascensão de Hugo Chávez e da Revolução Bolivariana. O período encerrou-se com a bancarrota moral e econômica de uma elite que, através da internacionalização da PDVSA e da dívida externa, havia aperfeiçoado os mecanismos para transferir a riqueza nacional para os centros financeiros do imperialismo.

Tabela 1: Dívida, Arrecadação Fiscal e Petróleo na Venezuela (1946-2018)

Período	Serviço da Dívida / PIB	Serviço da Dívida / Receita Total	Serviço da Dívida / Receita Petroleira	Serv. Dívida Externa / Receita Petroleira	Preço do Petróleo (US$/barril)
1946-1959	-	-	-	2,75%	-
1960-1964	1,18%	7,0%	164,2%	10,5%	2,9
1965-1976	5,9%	1,16%	47,4%	4,9%	5,48
1977-1983	17,0%	3,77%	109,3%	16,6%	26,93
1984-1989	9,32%	43,3%	327,1%	80,0%	20,18
1990-1993	6,66%	34,1%	120,7%	33,2%	19,85
1994-1998	8,76%	47,0%	290,0%	67,0%	16,68
1999-2003	8,53%	39,9%	294,6%	47,9%	20,09
2004-2007	15,9%	4,30%	142,6%	28,3%	52,55
2008-2012	16,1%	3,62%	156,8%	14,4%	77,93
2013-2018	-	-	-	9,61%	59,74

Fonte: Elaboração própria a partir de BCV, vários números, Mommer e outros.

5 A REVOLUÇÃO BOLIVARIANA: AVANÇOS E CONTRADIÇÕES (1999-2017)

A Revolução Bolivariana, iniciada com a vitória eleitoral de Hugo Chávez em 1998, constituiu-se como a última revolução do século XX e a primeira do século XXI, marcando uma ruptura histórica com o puntofijismo e a hegemonia neoliberal na região. Desde o primeiro momento, este processo

esteve sujeito a um constante ataque: tentativas de golpe, sabotagem econômica e campanhas de deslegitimação orquestradas pela burguesia local e pelo imperialismo estadunidense. Apesar da hostilidade, o projeto logrou consolidar uma hegemonia popular mediante o aprofundamento democrático e a redistribuição da renda petrolífera para os setores historicamente excluídos.

A canalização da renda petrolífera permitiu melhorar substancialmente a qualidade de vida da população mais pobre, especialmente nos bairros e zonas rurais, revertendo a lógica do capitalismo dependente venezuelano que se baseava na exclusão. Em uma década, lograram-se melhoras importantes em saúde, educação e cobertura de necessidades básicas, destacando-se a erradicação do analfabetismo reconhecida pela ONU em 2005 e a expansão da matrícula universitária. A criação das “Missões” sociais, como o *Barrio Adentro*, levou a atenção médica diretamente às comunidades populares, contornando a burocracia do velho Estado burguês.

5.1 ETAPA CONSTITUINTE OU DA 'REVOLUÇÃO POSSÍVEL' — 1999 A 2001

Em seu primeiro dia de governo, 2 de fevereiro de 1999, Hugo Chávez cumpriu sua promessa central de campanha ao emitir o decreto para convocar uma Assembleia Nacional Constituinte, jurando sobre a “moribunda” constituição de 1961. Este processo refundacional não foi imposto, mas submetido a referendo consultivo, onde 87% da população aprovou a convocação, seguido pela eleição dos constituintes em julho desse ano. A Constituição de 1999 marcou o nascimento da V República, estabelecendo uma democracia participativa e protagonista, ampliando os direitos sociais e reconhecendo os povos indígenas.

Durante esta etapa inicial, manteve-se uma convivência tática com as estruturas econômicas herdadas; embora se promovesse uma democracia radical, o modelo econômico coexistia com o incentivo e a defesa da propriedade privada. O governo foi hábil em não realizar movimentos bruscos na economia enquanto concentrava forças na batalha política pela nova institucionalidade, mantendo inclusive a equipe econômica anterior num primeiro momento. No entanto, assentaram-se as bases para a soberania econômica futura mediante a reativação da OPEP em 2000, buscando recuperar os preços do petróleo que estavam em mínimos históricos.

5.2 ETAPA NACIONAL-SOBERANA

O ponto de ruptura para uma etapa nacional-soberana ocorreu em 2001 com a promulgação de 49 Leis Habilitantes, as quais tocaram pela primeira vez nos interesses nevrálgicos da oligarquia e do capital transnacional. Entre estas, destacaram-se a Lei de Terras, que atacava o latifúndio, a Lei de Pesca, e fundamentalmente a Lei de Hidrocarbonetos, que aumentava a regalia e assegurava o controle estatal sobre o negócio petrolífero. Essas leis provocaram o choque frontal com a burguesia, a qual, ao ver ameaçada sua captura da renda, passou da oposição política à conspiração aberta.

A resposta das classes dominantes foi a organização do golpe de Estado de abril de 2002, apoiado pela embaixada dos Estados Unidos, a cúpula empresarial (Fedecámaras), a hierarquia eclesiástica e os meios de comunicação privados. Após a massacre planejada na Puente Llaguno para justificar o derrubamento, Chávez foi sequestrado e instaurou-se brevemente uma ditadura empresarial que dissolveu todos os poderes públicos. No entanto, a mobilização espontânea dos bairros pobres e a lealdade dos comandos médios militares lograram reverter o golpe em menos de 48 horas, radicalizando o processo.

Derrotado o golpe militar, a oligarquia tentou o colapso econômico mediante a greve petrolífera e o lock-out patronal entre 2002 e 2003, paralisando a produção da PDVSA e o abastecimento de alimentos. A derrota desse sabotagem permitiu ao governo tomar o controle real da indústria petrolífera, demitindo a tecnocracia sabotadora e reorientando a renda para o investimento social massivo. A partir desse momento, a Revolução avançou em três frentes: soberania e apoio internacional, mudanças democráticas com distribuição da renda, e nacionalizações.

No front de soberania e apoio internacional, a Venezuela colocou-se à vanguarda da integração latino-americana e da construção de um mundo multipolar, enfrentando o projeto do ALCA estadunidense. Criaram-se mecanismos de cooperação como o ALBA e o Petrocaribe, utilizando a renda petrolífera para fomentar a solidariedade regional e romper o isolamento diplomático buscado por Washington. Essas alianças permitiram à região uma autonomia relativa inédita frente aos ditames do norte.

No front de mudanças democráticas e distribuição, aprofundou-se a participação social mediante a transferência de poder às comunidades organizadas, base da democracia revolucionária. A renda petrolífera, agora sob controle efetivo do Estado, financiou a expansão de direitos e o consumo popular, reduzindo drasticamente a pobreza e a desigualdade. Não obstante, este modelo dependia dos altos preços das matérias-primas, o que geraria vulnerabilidades futuras ante o ciclo econômico global.

O terceiro front implicou uma onda de nacionalizações e estatizações a partir de 2007, recuperando setores estratégicos como as telecomunicações, a eletricidade e a Faixa Petrolífera do Orinoco. Também se avançou sobre a indústria de alimentos e a banca para assegurar a soberania alimentar e financeira, respondendo ao boicote de distribuição e à especulação. Nacionalizaram-se empresas como CADA e Éxito, transformando-as na rede Bicentenário, buscando que o Estado garantisse o acesso a bens essenciais ante as falhas do mercado privado.

No entanto, essas estatizações enfrentaram problemas de gestão, burocracia e corrupção, o que levanta a questão de se foram suficientes para dar a resiliência necessária ante a crise posterior. A ineficácia em algumas indústrias estatizadas e a persistência de lógicas capitalistas dentro das empresas públicas geraram contradições que o processo não logrou resolver completamente.

Frequentemente, a velha cultura rentista permeou as novas estruturas, limitando o potencial produtivo das empresas recuperadas.

No plano político-organizativo, propôs-se e materializou-se o Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV) em 2007, buscando unificar as diversas forças de esquerda que apoiavam o processo. Embora tenha sido um avanço na unidade, o partido também reproduziu vícios como o atropelo às bases e o burocratismo, tensionando a relação entre a direção e os movimentos populares. Apesar disso, o PSUV consolidou-se como a máquina eleitoral e política mais grande do país.

Um elemento novo e crucial dessa etapa foi a conformação da Milícia Bolivariana como um corpo cívico-militar destinado à defesa integral da nação. Entendendo que a ameaça imperialista era constante, adotou-se a doutrina da "Guerra de Todo o Povo", integrando a população civil na estrutura defensiva junto à Força Armada Nacional Bolivariana (FANB). Essa união cívico-militar converter-se-ia num pilar fundamental da resiliência do regime nos anos de maior agressão.

5.3 ETAPA DE RADICALIZAÇÃO EMBRIONÁRIA SOCIALISTA

Após a vitória eleitoral de 2006, Chávez declarou o caráter socialista da revolução, inaugurando a etapa de radicalização para o "Socialismo do Século XXI". Este projeto baseava-se na construção do Estado Comunal, buscando transcender o Estado burguês mediante a autogestão e o poder popular direto no território. O auge do superciclo das commodities facilitou materialmente esse avanço, permitindo um investimento social sem precedentes, embora mantendo a estrutura rentista da economia.

A morte de Hugo Chávez em 2013 marcou o fim de uma era e o início de uma crise orgânica, coincidindo com o esgotamento do modelo rentista e a queda abrupta dos preços do petróleo. Nicolás Maduro assumiu a liderança em condições de extrema dificuldade, enfrentando não apenas a ausência do líder carismático, mas uma ofensiva econômica brutal. A transição política deu-se num contexto onde as contradições acumuladas do modelo econômico explodiram, exacerbadas pela sabotagem externa.

5.4 CRISE E IMPASSES PARA O PROCESSO REVOLUCIONÁRIO

O período posterior a 2013 esteve determinado por três elementos: a morte de Chávez e a consolidação da liderança de Maduro, o colapso dos preços do petróleo e a agressão imperialista aberta. A queda da renda petrolífera de mais de 100 dólares por barril a menos de 30 dólares restringiu severamente a capacidade de importação e gasto social do Estado. Isso foi aproveitado pelos Estados Unidos para declarar a Venezuela uma "ameaça incomum e extraordinária" em 2015, formalizando o bloqueio e a guerra econômica.

Desencadeou-se uma "guerra econômica" caracterizada pelo desabastecimento induzido, a (hiper)inflação provocada mediante a manipulação do tipo de câmbio paralelo e o bloqueio

financeiro internacional. A burguesia local e o capital transnacional buscaram quebrar a base material de apoio ao governo, gerando filas, escassez e angústia na população para provocar um estallido social. A isso se somou a violência política insurrecional da direita em 2014 e 2017 (as "guarimbas"), que buscava uma saída pela força.

Essa conjuntura levantou a questão de se tratava de uma crise final ou de um ponto de não retorno para a transição socialista. A crise abriu a oportunidade histórica para aprofundar o modelo, obrigando a buscar alternativas ao rentismo petrolífero e a fortalecer a consciência de classe. No entanto, a necessidade de manter a legitimidade democrática mediante eleições constantes (assembleísmo eleitoral) gerou um desgaste que às vezes dificultou a *praxis* revolucionária profunda e a resolução de problemas reais de gestão.

Como assinala Seabra(2012), fizeram-se patentes os limites de uma transição pacífica ao socialismo dentro dos marcos da democracia formal burguesa dependente subsoberana, onde o inimigo utiliza seu poder econômico para sabotar a economia e depois capitalizar o descontento eleitoralmente. A vitória da oposição nas eleições legislativas de 2015 foi um exemplo de como a guerra econômica logrou traduzir o mal-estar material num voto de castigo contra o governo. A direita utilizou a Assembleia Nacional para tentar desmantelar o Estado por dentro, declarando uma guerra de poderes.

A resposta de Maduro ante o xeque-mate da violência insurrecional de 2017 foi a convocação a uma Assembleia Nacional Constituinte (ANC) plenipotenciária. Essa jogada política desativou a violência de rua e retomou a iniciativa política, apelando ao poder originário do povo para reorganizar o Estado e blindar as conquistas sociais. A eleição da ANC, realizada sob fogo e boicote, demonstrou que a base chavista mantinha uma capacidade de mobilização e consciência política superior à esperada por seus inimigos.

A superação da crise requeria, não obstante, ir além da sobrevivência política; implica resolver as contradições econômicas estruturais do capitalismo dependente que ainda persistem. A agressão imperialista, longe de cessar, intensificou-se com o bloqueio de ativos como a CITGO e as sanções financeiras que impedem ao país renegociar sua dívida ou adquirir insumos básicos.

5.5 CONSCIÊNCIA, MOBILIZAÇÃO E SUSTENTAÇÃO DO PROCESSO REVOLUCIONÁRIO

A sustentação do processo revolucionário tem dependido fundamentalmente da consciência e mobilização do povo, organizados em diversas instâncias de base promovidas pelo governo. Desde os Círculos Bolivarianos iniciais até as Unidades de Batalha Bolívar-Chávez (UBCH), o chavismo construiu um tecido social capaz de resistir embates que teriam derrubado qualquer outro governo.

O Plano Bolívar 2000 foi o primeiro ensaio de aliança cívico-militar para atender a emergência social, assentando o precedente de cooperação.

Os Conselhos Locais de Planejamento Público (CLP) e os Núcleos de Desenvolvimento Endógeno (NUDE) foram tentativas de territorializar a política pública e a economia, buscando romper com a lógica rentista e importadora. Embora com resultados desiguais, essas experiências serviram de escola política para milhares de quadros populares que assumiram a gestão direta de seus recursos e necessidades.

A forma superior de organização alcançada foram as Comunas e os Conselhos Comunais, concebidos como as células fundamentais do novo Estado Comunal socialista. Nessas instâncias, a propriedade social e a autogestão buscam substituir a lógica do capital, embora enfrentem a resistência da velha burocracia estatal e as dificuldades econômicas. As estatizações de empresas abandonadas por seus donos, como a INVEPEL (papel) e a ALCASA (alumínio), sob modelos de cogestão ou controle operário, foram laboratórios dessas novas relações de produção, enfrentando sabotagens internas e externas.

Em conclusão, o período 1999-2017 na Venezuela mostra um processo de agudização da luta de classes onde cada avanço revolucionário foi respondido com uma agressão contrarrevolucionária proporcional. A resistência do povo venezuelano explica-se pela politização acumulada em anos de democracia participativa e pela identificação com um projeto que lhes devolveu a dignidade e o protagonismo histórico. A contradição principal continua sendo entre a construção de uma soberania socialista e a reimposição violenta da dependência neocolonial.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: O FRACASSO DA GUERRA ECONÔMICA E A AGRESSÃO MILITAR

A estratégia de guerra econômica contra a Venezuela instrumentalizou-se através da imposição de um severo e multifacetado regime de Medidas Coercitivas Unilaterais (MCU), comumente conhecido como bloqueio. Estas ações, promulgadas principalmente pelos Estados Unidos, não constituem sanções tradicionais aprovadas por organismos multilaterais, senão que operam como um cerco prolongado com o objetivo explícito de asfixiar a economia nacional e forçar uma mudança política.

A guerra econômica intensificou-se drasticamente a partir de 2017, durante a administração de Donald Trump. Neste período implementou-se um regime de sanções primárias, secundárias e terciárias. Isto significou que não só se castigava às instituições estatais e empresas venezuelanas, senão também a indivíduos e companhias em jurisdições estrangeiras que se atrevessem a realizar transações comerciais e financeiras com o Estado venezuelano.

A medida mais devastadora chegou em janeiro de 2019 com a imposição de um embargo total às exportações petrolíferas venezuelanas. Este ato representou a culminação dos esforços por cortar o fluxo de caixa da nação. O impacto imediato foi a abrupta interrupção da relação comercial com Estados Unidos, que em 2018 havia sido o destino de 35,6% das exportações de cru venezuelano.

Este conjunto de medidas enquadra-se em uma prolongada contração do produto que, entre 2013 e 2021, significou uma perda acumulada de 76,1% do PIB (PNUD, 2024). A guerra econômica atuou como um catalisador e um acelerador determinante desta queda, convertendo uma recessão em um colapso econômico sem precedentes.

Desde uma perspectiva econômica, a estratégia de guerra implementada mediante as MCU operava como um mecanismo para impor artificialmente custos de produção adicionais à PDVSA. Ao obstaculizar o acesso a tecnologias, financiamento e mercados, provoca-se um descenso na produtividade tanto dos investimentos como do trabalho.

Resulta sintomático que o recrudescimento das MCU tenha sobrevindo imediatamente após constatar-se uma significativa recuperação macroeconômica no país caribenho, evidente a partir de 2022. As últimas projeções da CEPAL (2025) situaram o crescimento da Venezuela em 2024 e 2025 em, respectivamente, 8,5% e 6,5% anuais, a acumulação mais acentuada em toda a América Latina e o Caribe. A desconexão econômica pareceu, assim, ter vencido à guerra econômica.

Neste contexto, como um prelúdio de uma escalada superior, o governo Trump impôs um bloqueio naval e restrições ao espaço aéreo venezuelano. A guerra híbrida culminou, por fim, com uma ação militar direta sem precedentes na região.

O ponto de inflexão ocorreu em 3 de janeiro de 2026, quando uma operação militar em grande escala, a "Operação Resolução Absoluta", bombardeou Caracas e outras cidades impactando pontos estratégicos. Apesar de especulações sobre uma divisão no alto comando militar, a operação enfrentou uma resistência imediata da Força Armada Nacional Bolivariana (FANB), resultando na morte de cerca de uma centena de pessoas. Finalmente, culminou com o sequestro do presidente Nicolás Maduro e da deputada Cilia Flores.

Não obstante, a "Resolução Absoluta" não logrou uma vitória plena. Apesar de toda a pressão, Trump não logrou gerar as condições para o surgimento de um movimento insurrecional contrarrevolucionário, nem sequer para a formação de um governo alternativo.

A recente aprovação da Reforma Parcial da Lei de Hidrocarbonetos (2026) abriu um intenso debate. Ainda que a nova Lei Orgânica de Hidrocarbonetos mantenha preservados o domínio público e a propriedade da nação sobre os jazimentos e recursos, pela primeira vez em meio século permite-se a participação privada direta na exploração e extração.

Ainda que o outorgamento de incentivos amplos justifique-se por um contexto adverso, o fato concreto é que o principal beneficiário destas medidas não tem sido o Estado venezuelano, senão o

grande capital petrolífero internacional. Esta desvantagem se consolida com a autorização de que as operadoras estrangeiras assumam diretamente a comercialização dos hidrocarbonetos.

O que prevalece é, portanto, a lógica perversa de uma condição dependente petrolífero-rentista em um cenário extremamente adverso, onde a dependência assume agora um viés explicitamente militar. Sua reprodução fica assim supeditada à reativação da exportação de hidrocarbonetos em condições desvantajosas, já não como estratégia de superação do subdesenvolvimento, senão como um ato de sobrevivência estatal para evitar a reversão colonial.

A resistência do povo venezuelano, expressa na defesa da soberania nacional frente a agressão imperialista, demonstra que a luta de classes na periferia do capitalismo assume cada vez mais a forma de uma luta pela independência nacional. O desfecho desta confrontação terá implicações decisivas não apenas para a Venezuela, mas para todo o projeto de emancipação latino-americana.

REFERENCIAS

AMIN, S. Somente os povos fazem sua própria história: Escritos políticos, 2000-2018. Tradução de D. Melo. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

ANDERSON, P. Linhagens do Estado Absolutista. São Paulo: Brasiliense, 1995. [1974].

BARONIAN, L. Money and capital: A critique of monetary thought, the dollar and post-capitalism. London: Routledge, 2023.

BORGES, R. E. S. Neoliberalismo roto y reproducción en América Latina: la desconexión como amenaza o estrategia posible. Escola de Negócios e Políticas Públicas (ENEP), 2025. Disponível em: https://enep.sep.org.br/uploads/1088_1742871723_2025-America_Latina_-desconexion-_ENEP_pdf_ide.pdf. Acesso em: 24 mar. 2026.

BORGES, R. E. S. Trajetória e desafios da teoria marxista da dependência: Contribuições e propostas. Germinal: marxismo e educação em debate, v. 14, n. 1, 2022. https://doi.org/10.9771/gmed.v14i1.48963

BRASIL DE FATO. Venezuela de Maduro cresceu mais que Argentina de Milei em 2025, diz Cepal. Brasil de Fato, 31 dez. 2025. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2025/12/31/venezuela-de-maduro-cresceu-mais-que-argentina-de-milei-em-2025-diz-cepal/. Acesso em: 3 mar. 2026.

CARRILLO BATALLA, T. E.; CRAZUT, L. Proceso histórico de la deuda externa venezolana en el siglo XX. Boletín de la Academia Nacional de Ciencias Económicas, v. 2, n. 4, p. 13-45, 1986.

CEPAL. Balance Preliminar de las Economías de América Latina y el Caribe, 2025. LC/PUB.2025/26-P. Santiago: CEPAL, 2025. Disponível em: https://www.cepal.org/es/publicaciones/84460-balance-preliminar-economias-america-latina-caribe-2025. Acesso em: 24 fev. 2026.

COPE, Z. The wealth of (some) nations: Imperialism and the mechanics of value transfer. London: Pluto Press, 2019.

CURCIO, P. La mano visible del mercado: Guerra económica en Venezuela. 2. ed. Caracas: Ediciones Ministerio del Poder Popular para la Comunicación e Información (MinCI), 2020.

CURCIO, P. La dolarización y el negocio más rentable de la burguesía en Venezuela. Nodal: Noticias de América Latina y el Caribe, 2023. Disponível em: https://www.nodal.am/2023/12/la-dolarizacion-y-el-negocio-mas-rentable-de-la-burguesia-en-venezuela-por-pasqualina-curcio-curcio/. Acesso em: 2 mar. 2026.

DESAI, R. Geopolitical economy: After US hegemony, globalization and empire. London: Pluto Press, 2013.

FERREIRA, C. C. C. Após ataque militar dos EUA, governo constitucional bolivariano segue de pé. Brasil de Fato, 4 jan. 2026. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2026/01/04/apos-ataque-militar-dos-eua-governo-constitucional-bolivariano-segue-de-pe/. Acesso em: 2 mar. 2026.

FIGUEROA, F. B. La población y la estructura social de Venezuela en las primeras décadas del siglo XIX. Bulletin Hispanique, v. 69, n. 3-4, p. 347-364, 1967. https://doi.org/10.3406/hispa.1967.3909

GHOSH, B. N. Dependency theory revisited. London: Routledge, 2019.

HARNECKER, Marta. Estratégia e tática. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

HUDSON, M. Super imperialism: The origin and fundamentals of US world dominance. 3. ed. London: Pluto Books, 2021.

HUDSON, M. Global fracture: The new international economic order. New Edition. London: Pluto Press, 2005.

KORYBKO, A. Guerras híbridas: de las revoluciones de colores a los golpes. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LEBOWITZ, Michael a. The socialist imperative from Gotha to now. [S. l.]: [s. d.], 2015. vol. 53

MATEO TOMÉ, J. P. Expansión, desequilibrios y crisis en Venezuela: un análisis de medio siglo de acumulación de capital. Investigación Económica, vol. LXXIII, n. 290, p. 87-119, out.-dez. 2014.

MOMMER, B. La cuestión petrolera en Venezuela: Una visión no convencional. Caracas: Tropykos, 2003.

MOURA, P. P. Propriedade intelectual e o capital: o conhecimento como mecanismo de poder e dominação global. São Paulo: Pimenta Cultural, 2025. DOI: 10.31560/pimentacultural/2024.99864

OBSERVATÓRIO VENEZUELANO ANTIBLOQUEIO. Los números del bloqueo [2014-2023]: Relato estadístico de una agresión. Caracas: Observatório Venezuelano Antibloqueio, 2023. Disponível em: https://observatorio.gob.ve/wp-content/uploads/2023/05/NUMEROS_DEL_BLOQUEO_MAYO_2023.pdf. Acesso em: 2 mar. 2026.

OPEP (ORGANIZAÇÃO DOS PAÍSES EXPORTADORES DE PETRÓLEO). Annual Statistical Bulletin 2024. Viena: OPEP, 2024. Disponível em: https://publications.opec.org/asb/chapter/show/123/2113/2115. Acesso em: 9 set. 2024.

OPEP (ORGANIZAÇÃO DOS PAÍSES EXPORTADORES DE PETRÓLEO). Annual Statistical Bulletin 2020. Viena: OPEP, 2020. Disponível em: https://publications.opec.org/asb/archive/chapter/104/547/549. Acesso em: 23 fev. 2026.

OSORIO, J. Padrão de reprodução do capital: Contribuições para uma teoria histórica das formações sociais. São Paulo: Boitempo, 2012.

OSORIO, J. Totalidad y coyuntura: Claves epistémicas y de método. Buenos Aires: CLACSO, 2025.

PNUD (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO). Desempeño macroeconómico de Venezuela: Reporte económico - cuarto trimestre de 2023 y perspectiva 2024. Caracas: PNUD Venezuela, 2024. Disponível em: https://www.undp.org/es/venezuela/publicaciones/desempeno-macroeconomico-de-venezuela-en-tercer-trimestre-de-2024-y-proyecciones-para-el-futuro. Acesso em: 23 jan. 2026.

ROBINSON, W. I. El capitalismo global y la crisis de la humanidad. Tradução de M. Alonzo, V. Acuña Soto e A. Acuña Alonzo. México: Siglo XXI Editores, 2021.

SALAS RODRÍGUEZ, L. Índice Nacional de Precios al Consumidor (INPC) de Venezuela (1980-2020) - Variación % anual. In: Recuperación o colapso: ¿Hacia dónde va Venezuela? Seminario online. Caracas: Centro de Estudios para la Democracia Socialista (CEDES), 2020.

SEABRA, M. C. A. Petróleo e metrópole: A economia política da Venezuela. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

SMIL, V. Energy transitions: History, requirements, prospects. Santa Barbara: ABC-CLIO, 2010.

SOTELO VALENCIA, A. Neo-imperialismo, dependência e novas periferias na economia mundial. In: SADER, E.; SANTOS, T. dos; MARTINS, C. E. (Coords.). A América Latina e os Desafios da Globalização: Ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini. São Paulo: Boitempo, 2009.

VAN ZANDEN, J. L. CLIO Infra Project. 2019. Disponível em: https://clio-infra.eu/Countries/Venezuela.html. Acesso em: 24 mar. 2026.

VARELA, R.; ARCARY, V.; DEMIER, F. A. O que é uma revolução? Teoria, história e historiografia. Lisboa: Edições 70 / Colibri, 2015.

VENEZUELA. Ley constitucional Antibloqueo para el desarrollo nacional y la garantía de los derechos humanos. Gaceta Oficial, n. 6.583 Extraordinario, 12 out. 2020. Disponível em: https://observatorio.gob.ve/wp-content/uploads/2021/08/Ley-Antibloqueo-para-el-Desarrollo-Nacional-y-la-Garantia-de-los-Derechos-Humanos.pdf. Acesso em: 2 mar. 2026.

VENEZUELA. Ley de Reforma de la Ley Orgánica de Hidrocarburos. Gaceta Oficial, n. 6.978 Extraordinario, 29 jan. 2026. Disponível em: https://tugacetaoficial.com/gaceta-oficial-extraordinaria-6978-29-01-2026/. Acesso em: 2 mar. 2026.

WEISBROT, M.; SACHS, J. Economic sanctions as collective punishment: The case of Venezuela. Washington: Center for Economic and Policy Research (CEPR), 2019.